

MODELO 3C – CONSÓRCIOS PÚBLICOS**RELATÓRIO ELABORADO PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO
COMPETENTE****Consórcio:****Exercício:****1) RESPONSÁVEIS:**

Descrição	Nome do Responsável	Ato de Nomeação	Ato de Exoneração	CPF	Período de Gestão
Responsável(is) pelas Contas					
Responsável pelo encaminhamento das Contas					
Responsável(is) pelo Setor Contábil					
Responsável(is) pelo Controle Interno					
Responsável(is) pela Tesouraria					
Responsável(is) pelos Bens Patrimoniais					
Responsável(is) pelos Bens em Almoxarifado					
Outros responsáveis					

2) RELAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS:

Município	Valor em R\$ do Contrato de Rateio		Total do Contrato de Rateio (C) = (A + B)	Valor Pago em R\$ até 31/12 (D)	Diferença em R\$ (E) = (C - D)
	Parte Fixa (A)	Parte Variável (B)			

3) JUSTIFICATIVAS PARA AS DIFERENÇAS INDICADAS NO ITEM 2:

4) NORMATIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO (Descrever):

5) SOBRE AS AÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO:

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	Foram realizadas auditorias contábil/financeira, operacional, patrimonial, de sistemas e processamento eletrônico?				
2	Foram realizadas auditorias em outras áreas?				
3	Os resultados das auditorias serviram de base para elaboração do presente relatório?				

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.

6) ANÁLISE DA GESTÃO DO CONSÓRCIO:

6.1) PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Procedimentos Realizados	Avaliação (*)
1) Contrato de Programa	
Cumprimento das obrigações assumidas entre os Entes para com o Consórcio	(*)
2) Contrato de Rateio	
Cumprimento do Contrato de Rateio pelos Entes Consorciados	(*)
Medidas adotadas pelo Consórcio para com os Entes Consorciados inadimplentes	(*)
3) Orçamento do Consórcio Público	
Fornecimento de informações para subsidiar a elaboração das leis orçamentárias anuais dos Entes Consorciados observando o disposto no art. 7º da Portaria STN nº 274/2016	(*)
4) Alterações Orçamentárias	
Créditos Suplementares	(*)

Créditos Especiais	(*)
5) Transparência (indicar no item 6.2 os respectivos endereços eletrônicos para consulta)	
Divulgação do <u>Orçamento do Consórcio</u> na internet/jornal	(*)
Divulgação dos <u>Contratos de Rateio</u> na internet/jornal	(*)
Divulgação das <u>Demonstrações Contábeis</u> previstas nas normas gerais de Direito Financeiro e sua regulamentação na internet/jornal	(*)
Divulgação do <u>Estatuto</u> na internet/jornal	(*)
6) Servidores do Consórcio	
Criação de empregos públicos com previsão no Contrato de Consórcio Público, contendo forma e requisitos para provimento; remuneração; adicionais; gratificações; etc.	(*)
Estatuto possui dispositivo que trata das atribuições administrativas; hierarquia; avaliação da eficiência; lotação; jornada de trabalho e denominação dos cargos	(*)
7) Prestação de Contas aos Consorciados	
Prestação de Contas periódica das despesas realizadas com os recursos entregues via Contrato de Rateio a cada Município consorciado	(*)
Fornecimento das informações necessárias para consolidação nas contas dos entes consorciados de todas as despesas realizadas com recursos oriundos do Contrato de Rateio, conforme disposto no § 4º, do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/05	(*)

(*) Avaliação = REGULAR, IRREGULAR ou REGULAR COM RESSALVA

Procedimentos Realizados	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	

6.2) TRANSPARÊNCIA:

Indicação dos endereços eletrônicos - Transparência	
1 - Orçamento	
2 - Contrato de Rateio	
3 - Demonstrações Contábeis	
4 - Estatuto	

6.3) DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS:

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As demonstrações contábeis foram realizadas de acordo com os princípios de contabilidade, com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e MCASP?				
2	Os erros na escrituração contábil do exercício anterior foram corrigidos por meio de lançamentos de estorno, transferência ou complementação e acompanhados de notas explicativas, em observância ao disposto na normatização do CFC?				
3	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade do Ativo Imobilizado em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações?				
4	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade do Ativo em Estoque em compatibilidade com os inventários anuais?				
5	O saldo registrado em Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações guarda paridade com os extratos e respectivas conciliações bancárias e valores em espécie, se for o caso?				
6	Constam Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme orientação do MCASP?				
7	Foi evidenciada a composição e os esclarecimentos quanto aos valores registrados nas rubricas "Ajuste de Exercícios Anteriores" e "Ajuste de Avaliação Patrimonial"?				
8	Estão sendo adotadas providências para a regularização das pendências quanto aos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias?				Se sim , especificar

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.

6.4) GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA:

Tabela 1 – Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Arrecadada	0,00
(B) Despesa Empenhada	0,00
(C) Transferências Financeiras Líquidas *	0,00
(D) Superávit / Déficit (A-B) - C	0,00

(*) Transferências Financeiras Líquidas = Transferências Concedidas (-) Transferências Recebidas.

Tabela 2 – Transferências Financeiras (Subvenções Sociais) concedidas no exercício

Entidade	Valor (R\$)
TOTAL:	

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	O déficit financeiro foi contido com a adoção de medidas pela administração?				Se sim, especificar
2	As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente?				
3	A contribuição previdenciária patronal está sendo recolhida regularmente?				
4	As receitas extraorçamentárias foram repassadas a quem de direito?				
5	As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram previamente empenhadas?				
6	As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, observaram os pré-requisitos para sua liquidação, conforme artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64?				
7	As despesas pagas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram devidamente liquidadas?				
8	Os recursos vinculados, selecionados com base em técnicas de amostragem, foram devidamente aplicados na finalidade a que se destinavam?				
9	Existe controle para que seja observado se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades?				Se sim, especificar
10	Foi observada a normatização municipal na concessão e comprovação dos adiantamentos?				
11	Foi observada a normatização municipal quanto à concessão e aprovação das Transferências Financeiras (Subvenções Sociais)?				

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
12	Foram adotadas medidas administrativas para caracterização ou elisão de dano ao erário, procedimento empregado antes da instauração da Tomada de Contas?				Se sim, especificar
13	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente ao setor de Tesouraria, encontra-se arquivada no órgão?				
14	A documentação prevista no artigo 13 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, de transferências financeiras, referentes a auxílios e subvenções concedidas através de termo de colaboração e fomento, encontra-se arquivada no órgão?				

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.

6.5) GESTÃO PATRIMONIAL:

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	Os passivos cancelados encontram embasamento legal?				
2	Os controles de bens de caráter permanente contêm informações necessárias e suficientes para sua caracterização?				

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
3	As baixas dos bens por obsolescência, imprestabilidade, por ser de recuperação antieconômica ou por ser inservível ao serviço público, estão sendo devidamente controlados?				
4	Os controles dos bens em almoxarifado contêm informações necessárias e suficientes para sua caracterização?				
5	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos <u>Bens Patrimoniais</u> , encontra-se arquivada no órgão?				
6	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos <u>Bens em Almoxarifado</u> , encontra-se arquivada no órgão?				

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	
5	
6	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.

6.6) DEMAIS ATOS DA GESTÃO:

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As diárias foram pagas e comprovadas de acordo com a legislação municipal?				
2	As contas foram submetidas aos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (<i>Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais, dentre outros</i>), quando aplicáveis?				

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.

7) AÇÕES REALIZADAS:

Tabela 1 - Demonstrativo das Responsabilidades não Regularizadas

Responsáveis	Natureza da Responsabilidade	Processo nº	Valor (R\$)	Providências Adotadas
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
TOTAL:				

Tabela 2 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por iniciativa da Administração

Natureza da Responsabilidade	Valor do Dano (R\$)	Encaminhada ao TCE-RJ
TOTAL:		

Tabela 3 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por determinação do TCE-RJ

Natureza da Responsabilidade	Valor do Dano (R\$)	Encaminhada ao TCE-RJ
TOTAL:		

Questão Normativa	Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1 As responsabilidades não regularizadas foram contabilizadas?				
2 Foram adotadas providências visando à regularização das responsabilidades não regularizadas inscritas no exercício?				
3 Foram instauradas Tomadas de Contas visando ao ressarcimento de dano/prejuízos ao erário público?				
4 As Tomadas de Contas, previstas em norma própria do TCE-RJ, foram encaminhadas ao Tribunal de Contas?				

Questão Normativa	Nota Explicativa
1	
2	
3	
4	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

8) IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES ANTERIORES:

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As determinações do TCE/RJ, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?				
2	As recomendações formuladas pelo controle interno, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?				

Questões Normativas	Nota Explicativa
1	
2	

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes.

9) APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO

10) CONCLUSÃO (REGULARIDADE, REGULARIDADE COM RESSALVA OU IRREGULARIDADE)

Local e Data

Responsável pelo Controle Interno

Tutorial

- 1) Relação dos Entes Consorciados: Relacionar todos os municípios consorciados com os respectivos valores estabelecidos no contrato de rateio para o exercício de análise, bem como os valores efetivamente pagos deste contrato pelos municípios até 31/12 do exercício e, caso existam, as diferenças.
- 2) Justificativas para as diferenças indicadas no item 2: Com base nas diferenças apontadas no item 2, caso existam, apresentar justificativas pertinentes, inclusive em caso de inadimplência por parte do Município.
- 3) Normatização do Controle Interno: Descrever as fases de implementação do sistema de Controle Interno no Consórcio, indicando os Atos expedidos para a sua criação, os Atos normativos que regulamentaram ou que promoveram alterações no sistema de Controle Interno e a Assembleia do Conselho de Prefeitos e demais Atos que formalizaram a delegação das atividades de controle interno do Consórcio para o município consorciado, caso o Consórcio não possua estrutura própria.
- 4) Análise da Gestão do Consórcio – Procedimentos Realizados: Comentar obrigatoriamente todas as situações de IRREGULARIDADE ou de REGULARIDADE COM RESSALVA assinaladas no quadro de procedimentos realizados.
- 5) Apontamentos do Controle Interno: Reservado para as informações do controle interno que não estejam nos tópicos posteriores.
- 6) No caso de a questão normativa ser negativa, apresentar as justificativas e medidas adotadas através de nota explicativa.
- 7) Conclusão: Concluir pela regularidade, regularidade com ressalva(s) e recomendação(ões), ou irregularidade(s) das contas, em face do exame realizado, apontando as medidas adotadas para regularização.

Registra-se o conceito de amostragem conforme a NBC T 11.11 – “Amostragem de auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria sobre uma parte da totalidade dos itens que compõem o saldo de uma conta, ou classe de transações, para permitir que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria sobre algumas características dos itens selecionadas, para formar, ou ajudar a formar, uma conclusão sobre a população”.

Entende-se como órgão competente o controle interno existente na estrutura administrativa da unidade jurisdicionada, sob coordenação e subordinação da unidade central, e, no caso de inexistência do mesmo, a unidade central de controle interno do órgão a qual a unidade jurisdicionada esteja vinculada.

Importante destacar que os tópicos desse relatório indicam questões que este Tribunal entende como relevantes de verificação, contudo não tem como objetivo engessar o controle interno na elaboração de seu relatório. Desta forma, todo o conteúdo que o controle interno ache necessário deverá ser acrescentado nos tópicos ou informado no Tópico 9 – Apontamentos do Controle Interno.
